

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET

Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central



Consequências sociais, econômicas e políticas do envelhecimento

Cristiana Terezinha de Jesus Lucas
Graduanda em Economia Doméstica – (UFV) - cristiana.lucas@ufv.br

Érica Costa de Freitas
Graduanda em Economia Doméstica – (UFV) - erica.costa@ufv.br

Márcia Botelho de Oliveira
Mestre em Economia Doméstica – (UFV)- marcia.botelho@ufv.br

Resumo: O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica que busca discutir as consequências sociais, econômicas e políticas do envelhecimento. A análise foi realizada a partir de autores que desenvolveram estudos em cima dessas temáticas, destacando como estas três vertentes influenciaram o novo perfil demográfico que vem aumentando a cada dia no Brasil. Pode-se perceber que a sociedade não está preparada para essa mudança no perfil populacional, pois se observou que a realidade é de um envelhecimento sem qualidade e carência no aspecto social, econômico e político que detém o suporte para um envelhecimento saudável. Além do que infere também os gastos previdenciários, principalmente no que tange ao uso dos serviços de saúde e aposentadoria, e conseqüentemente, com os seus custos, pois não se reconhece nenhum tipo de repercussão que os melhorem em condições de vida da população idosa quanto aos mesmos. O envelhecimento populacional, a redução da presença estatal no mercado e nas políticas públicas e a restrição dos orçamentos governamentais tornam as políticas sociais focalizadas, restritas aos segmentos da população mais pauperizada. Ficou evidente que existem muitos desafios a serem enfrentados.

Palavras Chaves: Envelhecimento; Social; Econômicas; Políticas.

1. Introdução

A “terceira idade” também é uma criação recente das sociedades ocidentais contemporâneas. Sua invenção implica a criação de uma nova etapa na vida que interpõe entre a idade adulta e a velhice e é acompanhada de um conjunto de práticas, instituições e agentes especializados encarregados de definir e atender as necessidades dessa população que, a partir dos anos 70 do século XXI, em boa parte das sociedades os idosos passariam a ser caracterizado como vítima da marginalização e da solidão (DEBERT, 2003).

A velhice é um dos temas brasileiros que mais ganharam importância nos últimos anos, tendo-se assistido a partir da década de 80 a uma proliferação acentuada de iniciativas

VI WORKSHOP DE ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO
III ENCONTRO MINEIRO DE ESTUDOS EM ERGONOMIA
VIII SIMPÓSIO DO PROGRAMA TUTORIAL EM ECONOMIA DOMÉSTICA

voltadas para seu atendimento. Em boa parte das cidades brasileiras formou-se conselhos de idosos junto a administrações municipais e estaduais, constituindo o idoso a parcela da população cujas demandas são cada vez mais incorporadas às campanhas eleitorais e às plataformas partidárias (STUCCHI, 2003).

A noção de velhice como etapa diferenciada da vida surgiu no período de transição entre os séculos XIX e XX. Uma série de mudanças específicas e a convergência de diferentes discursos acabaram reordenando o curso da vida e gerando condições para o surgimento da velhice. Dois fatores se destacam como fundamentais e determinantes: a formação de novos saberes médicos que investiam sobre o corpo envelhecido e a institucionalização das aposentadorias (SILVA, 2008).

O envelhecimento populacional também tem sido um dos maiores desafios da saúde pública contemporânea. Este fenômeno ocorreu inicialmente em países desenvolvidos, mas nos últimos anos é nos países em desenvolvimento que o envelhecimento da população tem ocorrido de forma mais acentuada. No Brasil, o número de idosos (\geq 60 anos de idade) passou de 3 milhões em 1960, para 7 milhões em 1975 e 14 milhões em 2002 (um aumento de 500% em quarenta anos) e estima-se que alcançará 32 milhões em 2020 (LIMA-COSTA; VERAS, 2003).

A cada ano que passa mais 650 mil idosos são incorporados à população brasileira. Já perdemos muito tempo acreditando que ainda éramos um país jovem, sem dar o devido crédito às informações demográficas que mostravam e projetavam o envelhecimento da nossa população. Com este número especial, com o qual homenageamos o Prof. Mário Sayeg, um dos pioneiros brasileiros no estudo do Envelhecimento e Saúde Pública pretendeu contribuir para a expansão e consolidação do debate sobre esses desafios (LIMA-COSTA; VERAS, 2003).

Esta pesquisa objetivou demonstrar a importância de analisarmos o novo panorama do envelhecimento que a sociedade Brasileira está vivenciando, as consequências deste processo para o idoso e para a sociedade em seus aspectos sociais, econômicos e políticos.

2. Metodologia

Esta pesquisa foi construída por meio de levantamento de dados encontrados na literatura existente. Foram realizadas pesquisas bibliográficas por meio de livros dispostos na Biblioteca Setorial do Departamento de Economia Doméstica, nas bases de dados da Scielo, onde foram consultados artigos originais e de revisão sobre a temática abordada, além de dados do IBGE. A presente pesquisa se caracteriza como sendo de natureza descritiva e de revisão bibliográfica acerca das consequências sociais, políticas e econômicas do envelhecimento.

3. Resultados

O critério de categorização resultou no desenvolvimento do artigo abrangendo: as consequências sociais, as consequências econômicas e as consequências políticas do envelhecimento.

3.1. Consequências Sociais do Envelhecimento

A sociedade vem passando por diversas transformações no decorrer dos últimos anos. Além da inovação tecnológica avançando, os meios de comunicação que alardeiam com fatos e dados que a vida esta cada vez mais agitada. O tempo fica cada vez menor, as condições econômicas também são dificultadas, principalmente à medida que as pessoas passam a viver mais. Isso tudo acarreta numa capacidade de adaptação, que para o idoso isso nem sempre é

possível e fácil de acompanhar, já que estes enfrentam diversos problemas sociais (ZIMERMAN, 2000).

Segundo Mercadante (2002):

O envelhecimento social é a dimensão construída pela sociedade. Nas sociedades antigas, em geral, ser velho conferia uma posição dignificante e todos que atingiam essa etapa eram acatados como sábios. Nas sociedades contemporâneas, na sua maioria, ser velho significa estar excluído de vários lugares sociais. Um desses lugares é aquele relativo ao mundo do trabalho. A velhice está diretamente relacionada ao alojamento do mundo produtivo nas sociedades capitalistas contemporâneas, onde os aspectos negativos de improdutividade, decadência, devido à valorização da força de produção, criam barreiras para a participação do velho em diversas dimensões da vida social. A inadaptação do idoso aos padrões ideais estabelecidos pela sociedade, como a perda do papel profissional com a aposentadoria e a perda do papel na família como chefe de família e provedor, conduz ao isolamento, aonde o idoso vai diminuindo seus contatos com o mundo em que vive, surgindo sentimentos de inutilidade e solidão, levando à depressão e muitas vezes à morte.

No âmbito da situação social ao qual o idoso se encontra no Brasil, deve ser levado em consideração a qualidade de vida e o envelhecimento saudável, com abrangência e compreensão de um conjunto de fatores que compõem a sua vida. Devem ser considerados os aspectos demográficos e epidemiológicos, os aspectos psicossociais com destaque a aposentadoria, a importância da família e as relações interpessoais (MENDES et al., 2005).

Segundo os mesmos autores, nos países em desenvolvimento como é o caso do Brasil, o aumento na expectativa de vida está evidenciado pelos avanços tecnológicos relacionados à área da saúde. Nos últimos 60 anos com o advento de novos medicamentos que tornaram possível a prevenção ou cura de muitas doenças e a queda da fecundidade, permitiu que ocorresse uma explosão demográfica e as pessoas começaram a viver mais anos. O IBGE (2010) estimou que nos próximos 20 anos, a população idosa ultrapasse a cifra dos 30 milhões de pessoas.

Para Mendes et al. (2005) a sociedade não está preparada para essa mudança no perfil populacional, e embora as pessoas estejam vivendo mais, a qualidade de vida não acompanha essa evolução. O envelhecimento sem qualidade e carência no aspecto político e social que detém o suporte para um envelhecimento saudável é uma questão preocupante.

Envelhecer significa viver com dificuldades econômicas, doenças e sentimentos de desvalorização social. O conformismo conduz a uma falta de mobilização para lutar e conquistar melhores condições de vida. Apesar de todas as adversidades, essas pessoas encontram proteção e suporte no relacionamento com família, amigos, vizinhos, e por meio da crença religiosa. Além disso, os dados sugerem que a confiança em Deus e a segurança em relação à moradia mostraram-se positivas, possibilitando um aumento da satisfação de vida (SILVA; GÜNTHER, 2000).

De acordo com Veras (2002), os aspectos psicossociais do envelhecimento, alicerçam uma sociedade capitalista que se fundamenta na valorização da produtividade. Assim, o idoso passa a ocupar um lugar marginalizado na existência humana, perdendo o seu valor social. Este já não produz mais “riquezas”, para a sociedade capitalista, perdendo assim seu valor simbólico.

O envelhecimento bem sucedido é visto como um processo geral de adaptação descrito como otimização seletiva com compensação (BALTES, 1991). Depreende-se, então, que com a crescente limitação imposta pela natureza biológica e no intuito de aumentar suas potencialidades, a tarefa adaptativa do idoso consiste em selecionar metas e objetivos mais importantes, otimizar recursos e compensar perdas. Na tentativa de compreender como se dá esse processo de adaptação e ajustamento ao envelhecimento, em termos de recursos, limites e demandas sociais, foi desenvolvido este estudo sobre os papéis sociais na perspectiva do desenvolvimento adulto (SILVA; GÜNTHER, 2000).

Leite (1995), afirma que se percebe no indivíduo que envelhece uma interação maior entre os estados psicológicos e sociais na sua adaptação às mudanças que a partir de então começam a ocorrer. Mendes et al. (2005), acrescenta que o papel social é um fator importante no significado do envelhecimento, pois depende da forma de vida que as pessoas tenham levado, assim como das condições que se encontram.

Ainda segundo Leite (2005), a aposentadoria leva o indivíduo a se distanciar da vida produtiva e passa a se ver diante de duas novas realidades: de um lado é o momento que o indivíduo tem o seu descanso e pode aproveitar melhor o lazer. Mas do outro se sente desvalorizado e desqualificado para o mercado de trabalho, pois já deu o seu máximo durante o período da vida produtiva. E a partir desse momento começa aos poucos descobrir que sua vida tornou-se “tristemente inútil”, se sente isolado, sem falar na redução do seu padrão de vida devido à redução da renda nessa fase da vida.

Diante disto Barros (2000), diz que “em nossa sociedade o ser humano está intimamente ligado ao processo de trabalho, produção, construção de família e ganhos”. A aposentadoria pode significar uma fase ameaçadora e até desastrosa.

Outro aspecto que determina as características e o comportamento do idoso é o ambiente familiar, pois é por meio da família que se fortalecem as relações (ZIMERMAN, 2000). Neste sentido o autor salienta que, um ambiente sadio, onde se predomina uma atmosfera saudável e harmoniosa entre as pessoas, possibilita o crescimento de todos, incluindo o idoso, já que todos possuem papéis, lugares e posições, e as diferenças são respeitadas e levadas em consideração. Em famílias desarmônicas, com falta de respeito e não reconhecimento de limites, o relacionamento é carregado de frustrações, com indivíduos deprimidos e agressivos. Características que promovem o retrocesso da vida dos idosos fazem com que estes se tornem isolados socialmente e com medo de cometer erros e ser punido.

As relações interpessoais também permitem inserção do idoso na relação família-sociedade, por meio de trocas de carinho, afeto, idéias, experiências, dúvidas, conhecimentos e sentimentos. Há necessidade de o idoso estar engajado em atividades que o façam sentir-se útil. A atividade grupal é uma forma de mantê-lo engajado socialmente, contribuindo de forma significativa em sua qualidade de vida (ZIMERMAN apud MENDES et al., 2005).

O processo de envelhecimento não pode ser observado apenas em seus aspectos biológicos, a participação social do indivíduo não precisa declinar desde que haja abertura e receptividade da família e da sociedade. Deve ser considerado que o ser humano durante toda a vida tem capacidade de adquirir novas habilidades. É necessário a inserção do idoso em atividades manuais, organizações e empresas, atividades voluntárias, entre outros (MIZAN, 2009).

Considerando também que, segundo Baltes (1997), à medida que envelhece o indivíduo tem maior necessidade da cultura para compensar perdas e, principalmente, que a educação pode oferecer instrumentos para otimizar, compensar e estimular o desenvolvimento e a aquisição de novas habilidades e recursos pode-se dizer que a falta de escolarização traz grande prejuízo para o desenvolvimento dessas pessoas. A escolarização favorece a situação

VI WORKSHOP DE ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO

III ENCONTRO MINEIRO DE ESTUDOS EM ERGONOMIA

VIII SIMPÓSIO DO PROGRAMA TUTORIAL EM ECONOMIA DOMÉSTICA

econômica e fornece recursos para que o indivíduo possa preparar-se melhor para envelhecer e compensar as perdas decorrentes do processo. É imprescindível que políticas de educação sejam implementadas para beneficiar os adultos que não tiveram acesso à escola e para evitar que outras pessoas fiquem na mesma situação no futuro.

Como no Brasil as políticas sociais são determinadas por interesses políticos, partidários e econômicos, tomam um caráter de *benesses*, sendo os benefícios sociais negociados como mercadorias em função desses interesses e não propriamente das necessidades da população. Recentemente tratados como direitos de cidadania, os benefícios sociais são previstos tendo como característica fundamental a universalização, mas na prática o que ocorre é a seletividade e a regionalidade dessas concessões, sempre permeadas pelos interesses hegemônicos. O trabalho social desenvolvido junto ao segmento do idoso numa perspectiva socioeducativa só começou muito recentemente, com o SESC quando foram criadas as Escolas Abertas da Terceira Idade, na década de 1960, inicialmente com o objetivo único de criar espaços de convivência para minimizar a solidão e o isolamento social crescente entre os velhos (BORGES, 2003).

3.2. Consequências Econômicas do Envelhecimento

A crise do Estado ocorre em âmbito mundial, mas no Brasil o momento é de grandes ajustes e mudanças fundamentais como o desafio da estabilidade econômica, um processo de desenvolvimento mais sólido e novas prioridades sociais. Na área social, os últimos governos federais propunham-se a investir na "redução de desequilíbrios espaciais e sociais", valorizando a descentralização dos serviços, como meio para enfrentar a pobreza e a desigualdade social (pressupostos previstos na Constituição de 1988) e, entre outros aspectos, se destaca a busca por uma política social direcionada aos mais velhos que seja efetiva e significativa, que ofereça proteção, assistência e uma previdência social mais madura (BORGES, 2003).

Ainda segundo Borges (2003), na prática, a aposentadoria marca em geral, a entrada na velhice, a saída da vida chamada "produtiva" e a sobrevivência com rendimentos mais escassos do que os recebidos na vida ativa, devendo-se ressaltar situações de perda que são frequentes nessa etapa do ciclo vital, tornando mais relevante a dependência das pessoas mais velhas em relação às políticas de redistribuição de bens. Esta autora retrata que no processo de superação dessa crise, um novo padrão produtivo é criado, com um caráter flexível, reforçando a terceirização, a utilização de alta tecnologia e a intensificação do ritmo produtivo, sob um novo enfoque de gerenciamento que privilegia o comprometimento dos trabalhadores com as diretrizes do capital, tendo como consequência a redução dos postos de trabalho, o crescimento do emprego informal e a quebra das conquistas trabalhistas:

A consequência mais grave desse processo é a expansão do desemprego estrutural, que ocorre em todo o mundo, reduzindo o operariado industrial e fabril e, conseqüentemente, aumentando o subproletariado, o número de trabalhadores precários e o assalariamento no setor de serviços, além de incorporar o trabalho feminino e excluir os mais jovens e os mais velhos (ANTUNES, 1995).

Em seu artigo Borges (2003), mostra que o número de CAPs (Caixa de Aposentadorias e Pensões) cresceu e no ano de 1933 surgiram os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) que se constituíram como autarquias públicas, contando com uma gestão colegiada e possuindo planos diferenciados de benefícios e serviços, tais como aposentadorias, pensões, auxílio-funeral e auxílio-doença. Com os IAPs, ocorreu uma maior

VI WORKSHOP DE ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO

III ENCONTRO MINEIRO DE ESTUDOS EM ERGONOMIA

VIII SIMPÓSIO DO PROGRAMA TUTORIAL EM ECONOMIA DOMÉSTICA

centralização e se ampliou o acesso das classes assalariadas urbanas, a partir de então, divididas por categorias profissionais e não mais por empresas, como nas CAPs.

No período da ditadura militar ocorreram muitas mudanças no sistema previdenciário. Em 1966, foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), reforçando a expulsão dos trabalhadores da gestão previdenciária, unificando e uniformizando os planos de benefícios, com a orientação política de comercialização de serviços junto à rede privada, enfatizando a prática da medicina curativa. Somente em 1971 a previdência foi estendida aos trabalhadores rurais (Funrural) e em seguida aos domésticos, em 1972, e aos autônomos em 1973. Neste mesmo período foram instituídos o salário-maternidade e o amparo à velhice e aos inválidos (BORGES, 2003).

Borges (2003) considera que o segmento etário acima dos 60 anos é o que está em maior expansão no mundo, e particularmente no Brasil, questões biológicas, psicológicas e sociais sobre a velhice e o envelhecimento passam a ser foco de mais estudos e pesquisas. Mas para gerar melhoria na qualidade de vida das pessoas idosas e da sociedade em geral, essas descobertas precisam se traduzir em ganhos reais, no cotidiano do povo brasileiro.

Com o crescimento da população idosa aumentam também os gastos estatais para a manutenção da parcela economicamente improdutiva. Em outras palavras, aumenta a relação de dependência entre a parcela economicamente ativa e a não produtiva da população (VERAS, 1987). O resultado prático desses e de outros fatores é claramente ilustrado em relação aos cuidados com a população idosa. A atenção tradicionalmente proporcionada pelas famílias vai sendo gradualmente substituída pela necessidade de uma intervenção crescente do Estado e/ou de outras formas de cuidado institucional. Deve-se ressaltar que os sistemas de seguro sociais são inadequados na maioria dos países menos desenvolvidos e tais alternativas são naturalmente muito mais onerosas e com frequência também difíceis de serem aceitas pelos mais velhos (KALACHE et al., 1987).

Os signos do envelhecimento foram invertidos e assumiram novas designações: “nova juventude”, “idade do lazer”. Da mesma forma, inverteram-se os signos da aposentadoria, que deixou de ser um momento de descanso e recolhimento para tornar-se um período de atividade, lazer, realização pessoal. Não se trata mais apenas de resolver os problemas econômicos dos idosos, mas de proporcionar cuidados culturais e psicológicos, de forma a integrar socialmente uma população tida como marginalizada (DEBERT, 2003).

Vários estudos levantam uma discussão importante sobre as consequências econômicas do envelhecimento a partir da relação entre crescimento populacional, crescimento econômico e distribuição de renda (PAIVA; WAJNMAN, 2005).

Paiva e Wajnman (2005) apontam que a transição demográfica pode apresentar três fases ou etapas (Figura 1). A primeira fase há aumento do número da população de jovens e, portanto há um aumento na taxa de dependência. Depois há um momento de declínio na taxa da população jovem e conseqüentemente, uma diminuição da taxa de dependência. E na terceira etapa há aumento na taxa de dependência em função do aumento na taxa da população idosa. Esta envolve melhorias na qualidade de vida e saúde da população. Evidências recentes mostram que o aumento na parcela da população em idade produtiva está relacionado com o aumento da poupança e da produtividade, e em conseqüência, com o crescimento econômico. Ao contrário, o aumento da população idosa está negativamente relacionado com essas variáveis. Portanto a renda gerada no período da idade reprodutiva será consumida no período da velhice, com efeitos sobre a poupança privada bem como sobre os gastos públicos (PAIVA; WAJNMAN, 2005).

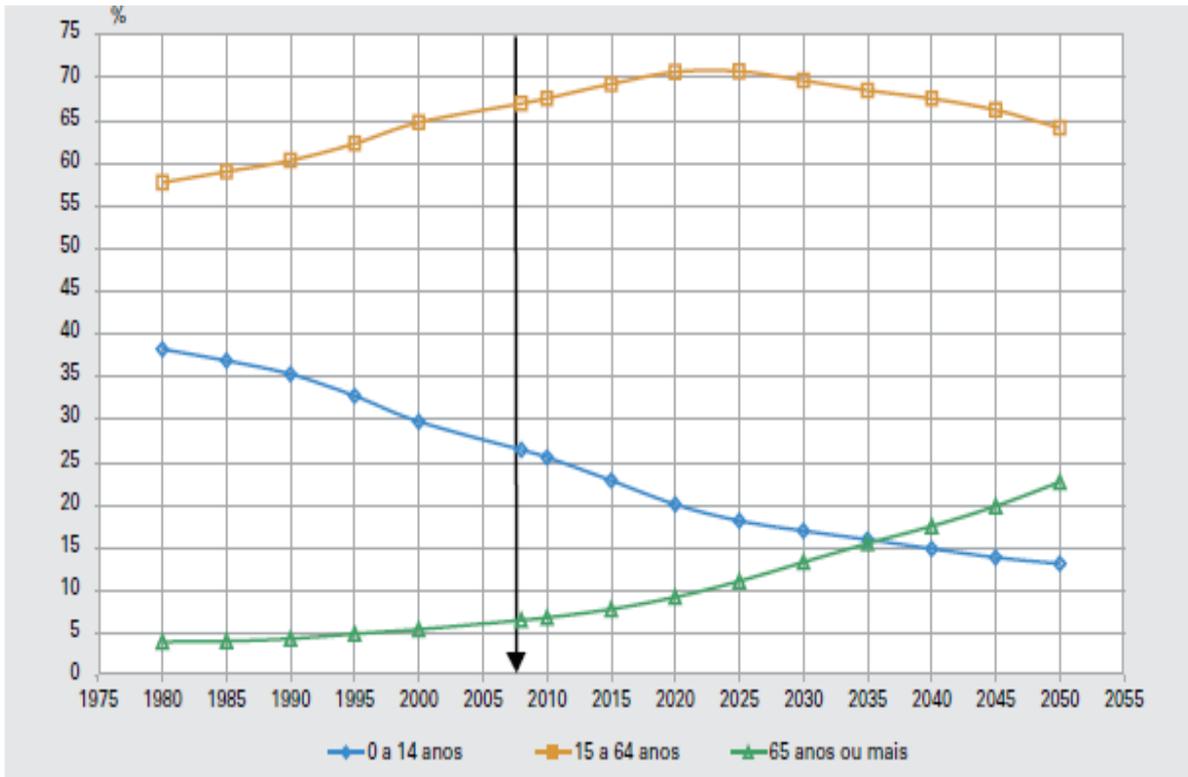


Figura 1 - Participação relativa da população dos grandes grupos de idade na população total - Brasil - 1980/2050.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Projeção, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2008.

3.3. Consequências Políticas do Envelhecimento

Os primeiros sinais de organização social de grupos de representantes do segmento idoso foram identificados quando idosos de um grupo do SESC e grupos de Ribeirão Preto e de Catanduva começaram a lutar por uma revisão da aposentadoria que eram irrisórias, muitas vezes não atingindo nem mesmo um salário mínimo, o que despertou as comunidades para a problemática em torno da velhice vem crescendo numericamente, mas sem espaços sociais significativos (BORGES, 2003).

Além disso, o acesso aos serviços de saúde e a outros serviços de apoio que possam facilitar a vida dos idosos é restrito. Considerando que para compensar as perdas decorrentes da diminuição do potencial biológico é importante que o idoso tenha acesso a serviços de qualidade para favorecer um envelhecimento bem sucedido. Além disso, faz-se necessário que políticas governamentais tornem possível essa assistência (SILVA; GÜNTHER, 2000).

Borges (2003) relembra que foi criado o primeiro Conselho do Idoso e também a Associação Nacional de Gerontologia (ANG), que atua até hoje, ampliando as áreas de atuação profissional junto a esse segmento. Da atuação dessa associação, surgiu o esboço da Lei 8.842/94, a Política Nacional do Idoso, que pode ser considerada como uma lei moderna e ágil, porém ainda precisa ser colocada em prática para que realmente possa vir a melhorar a qualidade de vida do idoso, necessitando de decisão política e de investimentos nessa área.

Borges (2003) ressalta que o programa neoliberal no Brasil tem influenciado a implantação de políticas sociais que atingem diretamente os idosos, principalmente a

Previdência Social e a Saúde. A primeira medida normatizadora de assistência social aos idosos estava restrita aos beneficiários do sistema previdenciário, tendo surgido nos anos 70, por iniciativa do Ministério do Trabalho e Previdência Social (Portaria 82, de 4/7/1974). No entanto, a lei que dispõe sobre a política nacional do idoso só foi sancionada em 1994.

Borges (2003) relata que no final dos anos 70 e início dos anos 80, movimentos sociais organizados definiram um cenário de lutas por direitos sociais. A criação do Partido dos Trabalhadores, das Centrais Sindicais e da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP) passou a ter importante papel junto ao debate de questões previdenciárias que diziam respeito a toda a sociedade. Esse cenário de fortalecimento dos movimentos sociais foi fundamental na fomentação do debate constitucional que crescia em todo o país, garantindo que constasse na Constituição de 1988, na introdução do artigo 194, o conceito de Seguridade Social como um conjunto integrado de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, no sentido de assegurar direitos relativos à Saúde, Previdência e Assistência Social, enfatizando princípios de universalização dos direitos, da descentralização e da equidade social, incluindo outros segmentos sociais, como os idosos e não somente os trabalhadores formais.

Segundo Borges (2003) o processo de envelhecimento populacional é uma realidade inegável e irreversível, que vem ocorrendo em todo o mundo e muito rapidamente no Brasil, principalmente nas regiões mais desenvolvidas. No mundo, particularmente nos países desenvolvidos, esse processo tem ocorrido de forma gradual, o que tornou possível uma maior consciência da população e um maior desenvolvimento das ciências relacionadas ao assunto, bem como o planejamento das políticas e ações direcionadas a esse segmento etário, por parte do poder público, possibilitando um relativo ajuste social.

Borges (2003) diz que a política de Previdência Social no Brasil caracteriza-se por ser contributiva, pois só têm direito aos benefícios aqueles que contribuem previamente e o montante dos benefícios é proporcional à contribuição. Em relação ao financiamento, a Previdência Social tem uma lógica regressiva e não progressista, por serem suas fontes de recursos garantidas pelos próprios trabalhadores, não funcionando como fator de redistribuição de renda do capital para o trabalho.

A outra parte do tripé da Seguridade Social é a Assistência Social, prevista com novo formato pela Constituição Federal de 1988, por ser considerada como direito do cidadão e dever do Estado, sendo fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população idosa e da sociedade em geral, considerando a realidade brasileira com intensa disparidade na distribuição de renda e sérias injustiças sociais. Foi regulamentada pela LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social-, depois de ampla mobilização das áreas afins, direcionando uma discussão nacional quanto ao tema, culminando com a promulgação da lei em 1993 (Lei 8.743 de 7/12/1993), contendo princípios de seletividade e universalidade na garantia de benefícios e de serviços, com a proposta de gratuidade e não-contributividade quanto aos direitos e de redistributividade quanto aos mecanismos de financiamento. No que se refere à forma de organização político-institucional, as outras características previstas da assistência são a descentralização e a participação. Diante desse novo quadro sociopolítico, pelo qual a seguridade social está garantida na Constituição Federal e nas leis que regulamentam o contingente da população que está excluído da sociedade e tolhido em seus direitos básicos de cidadãos precisa assumir uma postura de pertencimento comunitário e de participação social, que é fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Isso inclui o segmento idoso, que inicia também um processo de organização social que estará ampliando os espaços sociais significativos e a consolidação dos idosos como sujeitos e agentes na

construção e reconstrução de sua história e não apenas como espectadores ou receptores desse processo (BORGES, 2003).

Conforme Silva (2008), “ainda que a identidade entre velhice e invalidez seja a consequência da institucionalização das aposentadorias que mais se solidificou no imaginário cultural, seu estabelecimento contribuiu para a caracterização da velhice como categoria política”. A mesma autora acrescenta que o aposentado não é somente um sujeito incapaz, mas também um sujeito de direitos, detentor de privilégios sociais, cujo reconhecimento lhe permite reivindicar benefícios à sua categoria.

Segundo Camarano (2002):

Alguns trabalhos de cunho prospectivo chegam a alardear catástrofes, colocando em risco a reprodução da vida social, caso as contribuições e/ou impostos não aumentem ou o valor dos benefícios sociais não sejam reduzidos, ou, mesmo, a idade mínima para a aposentadoria não aumente. Na verdade, apresentam uma preocupação puramente contábil e politicamente “neutra”. Contraditoriamente, Debert (1999) afirma que instituições sociais como a aposentadoria, que foram criadas para gerir riscos, são transformadas em fontes de produção de outros riscos como a inviabilização do sistema. Na verdade, a prioridade das políticas públicas deveria ser com a qualidade de vida e o bem-estar coletivo (CAMARANO, 2002, p.4).

A aposentadoria deveria garantir recursos para uma velhice com qualidade de vida, onde o idoso pudesse suprir as suas necessidades básicas e o lazer (AREOSA E AREOSA, 2008). Porém somado ao crescimento demográfico, o envelhecimento populacional, isso tudo em tempos de crise, Imamoto apud Areosa e Areosa (2008), lembra que, a redução da presença estatal no mercado e nas políticas públicas sociais com restrição dos orçamentos governamentais torna as políticas sociais focalizadas e restritas aos segmentos da população mais pauperizada.

O sistema previdenciário tem resolvido a pobreza entre os mais idosos, se comparada à capacidade da política brasileira em resolver à questão da pobreza nos demais segmentos da sociedade. Porém cabe ao governo e à sociedade, implementar políticas abrangentes tanto em infraestrutura quanto na área de saúde e assistência social para os idosos. Além de uma aposentadoria digna e oportunidades para se explorar suas potencialidades, seja no trabalho ou em novos papéis, bem como políticas de inclusão no mercado de trabalho para os mais jovens (AREOSA E AREOSA, 2008).

Pensar em aposentadoria, portanto, é acompanhar como um problema que dizia respeito aos indivíduos, às suas famílias e as agências filantrópicas constitui-se em questão pública. É compreender como o problema do sustento na velhice transforma-se num direito do trabalhador, que após certo número de anos de trabalho ou ao atingir determinada idade passa a receber uma renda vitalícia. Ao pactuar o contrato trabalhista com o empregador, o indivíduo adquire a aposentadoria como direito e a velhice passa a ser um problema de alcance público. Esse processo, que levou à generalização da aposentadoria para todas as categorias de trabalhadores, é chamado por Guillemard de “socialização da gestão da velhice” (STUCCHI, 2003).

4. Conclusão

O envelhecimento, bem como qualquer outra fase da vida, traz impactos para a sociedade tanto no âmbito social, quanto no econômico ou no político. O que de fato ocorre que no Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, o envelhecimento

VI WORKSHOP DE ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO

III ENCONTRO MINEIRO DE ESTUDOS EM ERGONOMIA

VIII SIMPÓSIO DO PROGRAMA TUTORIAL EM ECONOMIA DOMÉSTICA

acentuado da população é um acontecimento recente, e que no primeiro momento traz várias preocupações, já que a sociedade não está preparada para essa mudança no perfil populacional. Porém esta situação não é sem solução, pois na vertente política, social e econômica deve haver um esforço social e familiar, econômico e político a fim de proporcionar bem estar em todos os aspectos aos idosos da atualidade, como também para os que virão daqui uns anos como mostra as previsões.

Diante dos fatos apresentados nesta pesquisa, surge um problema: como o governo deverá agir frente a este novo quadro social? É uma questão a ser pensada, pois é um número grande de pessoas que estão envelhecendo e isso acarreta um número maior de aposentados, aumento dos gastos públicos e diminuição da força de trabalho. Algumas teorias já falam em desaceleração do crescimento de uma nação devido a esse aumento populacional, pois são muitas pessoas se aposentando e menos jovens ocupando seus lugares. Assim, há uma diminuição da força de trabalho e conseqüentemente menor crescimento econômico.

Outros problemas a serem considerados é o previdenciário, pois haverá mais beneficiários e menos pessoas contribuindo, ocasionando um rombo no sistema. O mesmo também acontece com a saúde pública que devem aumentar seus gastos, uma vez que o atendimento médico para essa parcela da população é mais dispendioso.

Os idosos como um coletivo social acarretam demandas que, muitas das vezes, tornam-se mais ameaçadores do que a velhice como fenômeno biológico. Antes o envelhecimento era um símbolo de proximidade ao fim da vida, e hoje simboliza mais uma possível crise ou falência de instituições públicas. Neste sentido, a solução seria estimular a participação produtiva deste grupo social na sociedade.

5. Referências Bibliográficas

AREOSA, S. V. C; AREOSA, A. L. Envelhecimento e dependência: desafios a serem enfrentados. **Textos e Contextos**. Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 138-150. jan/jun. 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fass/article/viewFile/3943/3207>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

BARROS, M. M. L. de (Org.). **Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BORGES, M. C. M. O idoso e as Políticas Públicas e Sociais no Brasil. In: VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes; NERI, Anita Liberalesso; CACHION, Meire (Org.). **As Múltiplas Faces da Velhice no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003, p. 92-100.

CAMARANO, A. A. *Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0858.pdf >. Acesso em: 02 jan. 2013.

DEBERT, G. G. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política** – 3 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 53-63.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Projeção da População do Brasil por sexo e idade 1980-2050*. Revisão 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

KALACHE, A. et al. O envelhecimento da população mundial. Um desafio novo. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, 1987. (21):200-10.

LEITE, R. C. B. O. **O idoso dependente em domicílio**. (Tese de doutorado). Salvador: Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia; 1995.

LIMA-COSTA, M. F.; VERAS, R.. Saúde pública e envelhecimento. **Cad. Saúde Pública**. vol.19 n.3 Rio de Janeiro, Maio. 2003.

MENDES, et al. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Revista Acta Paul Enferm**, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v18n4/a11v18n4.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

MERCADANTE, E. **Velhice: a identidade estigmatizada**. (Tese de doutorado) PUC-SP. 1997.

MIZAN, Margherita de Cássia. Inclusão Social do Idoso. In: ABREU, C. B. B. de.; RIBEIRO, M. I.; PIRES, N, R. (Orgs.) **Cuidando de quem já Cuidou**. São Paulo: Atheneu, 2009.

PAIVA, P. T. A.; WAJNMAN, S. Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 2005, vol.22. p. 303-322. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2a07.pdf>>. Acesso em 02 jan. 2013.

SILVA, I. R. da; GÜNTHER, I. de A. Papéis Sociais e Envelhecimento em uma Perspectiva de Curso de Vida. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 16 n. 1, jan-abr 2000.

SILVA, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.155-168, jan./mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000100009&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 jan. 2013.

STUCCHI, D. 2003. O curso da vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade e produtividade na definição. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política** 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 35-36.

VERAS, R. P. **Terceira idade: gestão contemporânea em saúde**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; UnATI/UERJ, 2002.

ZIMERMAN, G. L. Aspectos físicos, psicológicos e sociais do envelhecimento. In: _____. (Org). **Velhice: aspectos biopsicossociais**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000, p. 24-36

VI WORKSHOP DE ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO

III ENCONTRO MINEIRO DE ESTUDOS EM ERGONOMIA

VIII SIMPÓSIO DO PROGRAMA TUTORIAL EM ECONOMIA DOMÉSTICA

ZIMERMAN, G. L. Tipos de Família. In: _____. (Org.). **Velhice: aspectos biopsicossociais**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000, p. 54-56.

VI WORKSHOP DE ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO
III ENCONTRO MINEIRO DE ESTUDOS EM ERGONOMIA
VIII SIMPÓSIO DO PROGRAMA TUTORIAL EM ECONOMIA DOMÉSTICA